OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO LGBT 2014

Relatório sobre Homofobia e Transfobia

Relatório bianual do OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO LGBT
da rede ex aequo – associação de jovens lésbicas, gays,
bissexuais, trans, intersexo e apoiantes sobre discriminação
em função da orientação sexual e/ou da identidade
ou expressão de género no espaço escolar em Portugal.

Observatório de Educação – Relatório de 2014
Relatora: Rita Paulos
Lisboa, março de 2014

Este relatório está redigido de acordo com o novo Acordo Ortográfico.

associação de jovens lgbti e apoiantes
rede ex aequo

tel (+351) 968 781 841 **e-mail** geral@rea.pt
web www.rea.pt **fórum** ww.rea.pt/forum
morada Rua dos Fanqueiros 38, 3º esq, 1100-231 Lisboa

A rede ex aequo foi criada em 2003, está inscrita no Registo Nacional do Associativismo Jovem e é uma organização membro da Direção do Conselho Nacional de Juventude e da IGLYO – International Gay, Lesbian, Bisexual, Transgender and Queer Youth and Student Organization. As suas atividades têm o apoio financeiro do Instituto Português do Desporto e Juventude.

Índice

Introdução	8
Caraterização dos Participantes	10
Experiências de discriminação	14
Sistema educativo	29
Conclusão	34
Glossário	38
Anexo: questionário utilizado	40

Agradecimento

Queremos agradecer a todos os que colaboraram neste projeto e que através dos seus testemunhos tornam possível o Observatório de Educação. A eles o nosso apreço, respeito, compreensão e companheirismo na luta contra as vis doenças sociais que dão pelo nome de homofobia e transfobia.

1. Introdução

Consciente de que ocorrem muitas situações de homofobia e transfobia nas escolas em Portugal e que, por esse motivo, a escola ainda não é um espaço seguro para muitos jovens homossexuais, bissexuais e/ou trans, ou percecionados como tal, a rede ex aequo decidiu lançar o seu Observatório de Educação em 2006.

Através de um formulário online disponível em www.rea.pt/observatorio-de-educacao, especialmente desenhado para o efeito, a rede ex aequo deseja dar voz e reportar todas as situações de discriminação, de qualquer cariz, respeitantes aos temas da orientação sexual e da identidade ou expressão de género que tenham ocorrido em estabelecimentos escolares em Portugal, incluindo também as ocorrências de veiculação de informação incorreta, preconceituosa e atentatória dos direitos humanos e da dignidade das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans, no espaço escolar.

O presente relatório apresenta os resultados de 20 formulários a reportar casos de homofobia e transfobia, recebidos pelo Observatório entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014, de adolescentes a partir dos 16 anos a adultos com 30 anos, a maioria esmagadora alunos. Todas as pessoas participantes indicaram que era a primeira vez que apresentavam uma queixa através do Observatório.

Contudo, não podemos considerar estas queixas uma amostra representativa. Estamos conscientes que a maioria das situações de discriminação se encontram para além do nosso conhecimento enquanto associação e que muitas das vítimas ou testemunhas não têm acesso e/ou conhecimento deste Observatório e vivem sentimentos de exclusão, isolamento, baixa autoestima, segregação social, insucesso escolar, entre outros, no mais profundo silêncio. Apresentamos estes resultados para caraterizar as ocorrências que nos foram transmitidas, também quantitativamente, mas acima de tudo qualitativamente.

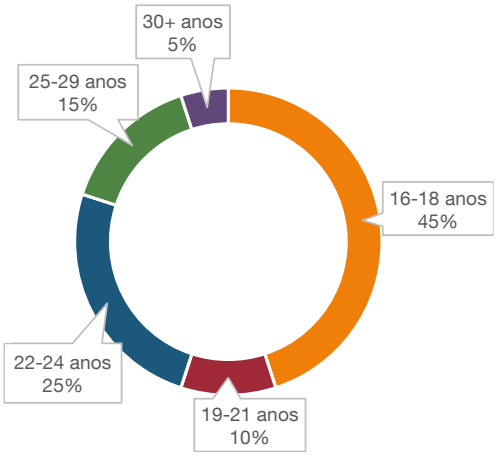
Este relatório permite-nos constatar alguns episódios ocorridos em ambiente escolar no nosso país. Vale por isso mesmo e deve ser tido em conta como uma ferramenta útil para que se tomem medidas e que, pouco a pouco, a nossa juventude possa viver com valores de igualdade, cidadania e respeito pela diversidade e pelo outro.

Não só a juventude homossexual, bissexual e trans vive uma realidade de homofobia e transfobia nas suas vidas. Muitas outras pessoas sofrem na pele experiências homofóbicas e/ou transfóbicas, resultado de falsos estereótipos e preconceitos infundados, mas fomentados na sociedade em geral.

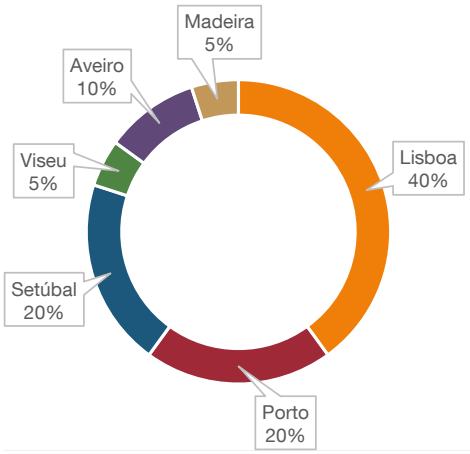
Cada formulário preenchido foi tido como uma queixa informal, já que o Observatório não se encontra, até à data, vinculado a nenhuma autoridade competente e, como tal, resume-se ao registo passivo de situações de discriminação, muitas vezes extremas e marcantes na vida de um/a jovem.

A participação no preenchimento de cada formulário foi realizada única e exclusivamente por vontade própria de cada jovem ou adulto. A rede ex aequo apenas permite um registo detalhado e confidencial de cada ocorrência.

2. Caraterização dos Participantes



1. Idade

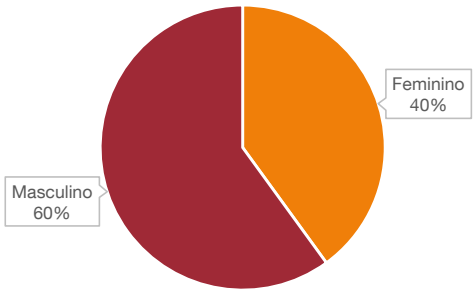


2. Distrito

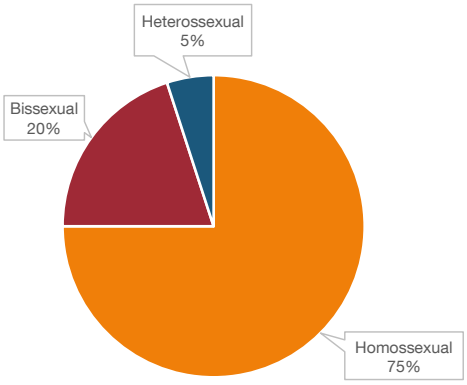
Nos gráficos em cima podemos observar, em valores percentuais, a idade e o distrito dos 20 participantes que ao longo dos últimos dois anos usaram o formulário online do Observatório para denunciar situações de homofobia e transfobia em ambiente escolar, vividas na primeira pessoa ou presenciadas como terceiros.

Verificamos que as faixas etárias com maior concentração se encontram entre a adolescência e a entrada na vida adulta (80%), com a maior percentagem pertencendo à faixa entre os 16 e 18 anos (45%) e a soma maioritária entre os 16 e os 21 anos (55%). Porém, por se tratar de um estudo simbólico que apenas retrata uma pequena parte da realidade, não iremos deduzir conclusões sobre este ponto, nomeadamente se a homofobia e a transfobia se fazem sentir com maior frequência nestas faixas etárias.

No segundo gráfico observamos que, no âmbito das queixas recebidas, o valor mais elevado concentra-se no grande centro urbano de Lisboa que perfaz 40% das queixas recebidas. Porto e Setúbal perfazem 20% das queixas, com o segundo valor mais alto, que no relatório anterior pertencia a Leiria. Estes dados poderiam ser sinónimo da existência de um maior contexto de discriminação nestes locais, porém, isso nem sempre é real tal como o seu inverso também não. A rede ex aequo, através dos seus grupos de jovens locais espalhados por diferentes cidades e do seu fórum online, toma todos os anos conhecimento de situações discriminatórias com base na orientação sexual e identidade ou expressão de género e sabe que estas acontecem em vários pontos do país. Situações de homofobia e transfobia ocorrem de maneira transversal dependendo do contexto escolar, familiar e social de cada um/a. O gráfico refere o distrito a que os participantes do presente relatório pertencem. Não deve ser considerado como indicador geográfico de contextos de maior ou menor discriminação.

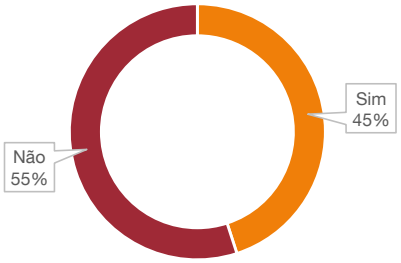


4. Sexo

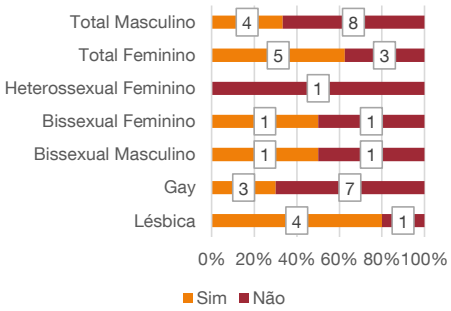


3. Orientação sexual

Os participantes dividem-se em 8 pessoas do sexo feminino, 12 do sexo masculino. Este é o primeiro relatório que não apresenta qualquer queixa de uma pessoa que se identifique enquanto transexual. Porém, apresenta a queixa de uma pessoa participante que se identificou como sendo do sexo masculino, mas que ao longo da participação informa-nos que o sexo que lhe foi atribuído à nascença foi o feminino. Analisando o segundo gráfico encontramos, novamente em valores percentuais, a orientação sexual dos participantes. A esmagadora maioria homossexual (15) ou bissexual (4) deve-se à especificidade da discriminação em questão. Contudo, destacamos que também é possível encontrar denúncias realizadas por uma pequena percentagem de participantes heterossexuais, incluindo-se neste grupo tanto vítimas como testemunhas. No presente relatório encontramos participação por uma pessoa heterossexual que foi testemunha.

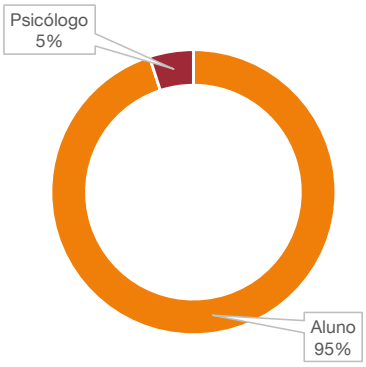


5. Expressão de género não normativa

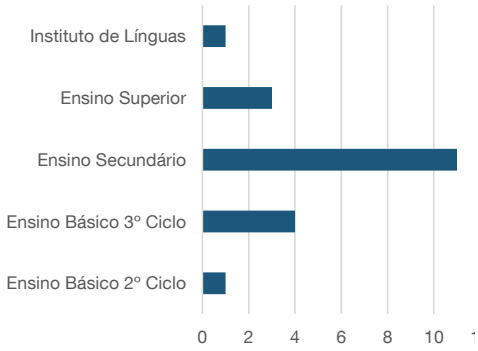


6. Expressão de género VS orientação sexual

O relatório do Observatório de 2014 apresenta pela primeira vez dados sobre a autoperceção dos participantes quanto à respetiva expressão de género, nomeadamente se a mesma é não normativa. Isto é, se os maneirismos, a forma como se veste, como se apresenta, aspeto físico, gostos e atitudes, em suma aquilo que é esperado de cada pessoa a partir do sexo que lhe foi atribuído à nascença corresponde ou não às regras sociais e culturais vigentes. No gráfico acima podemos verificar que a maioria (55%) indica não se exprimir de formas que quebram as expetativas de género. Por outro lado, o gráfico ao lado, permite-nos verificar essa perceção em função do sexo e da orientação sexual. No presente relatório não é possível apresentar os dados em relação à identidade de género, mas será um dado incluído em futuros relatórios sempre que existirem queixas de pessoas que se identifiquem enquanto transexuais, naturalmente. É de salientar que encontramos mais mulheres do que homens a considerar que têm uma expressão de género não normativa, dado que contrasta com o estereótipo ainda prevalente do homem homossexual que não apresenta uma masculinidade padrão. Fica em aberto se os elementos do sexo feminino no presente relatório têm mais facilidade em reconhecer/identificar uma expressão de género não normativa em si ou se o único facto a retirar da amostra deste relatório é que a maioria das mulheres lésbicas que participaram com uma queixa afirma quebrar as regras de género na forma como se exprime.



7. Função



8. Grau de ensino

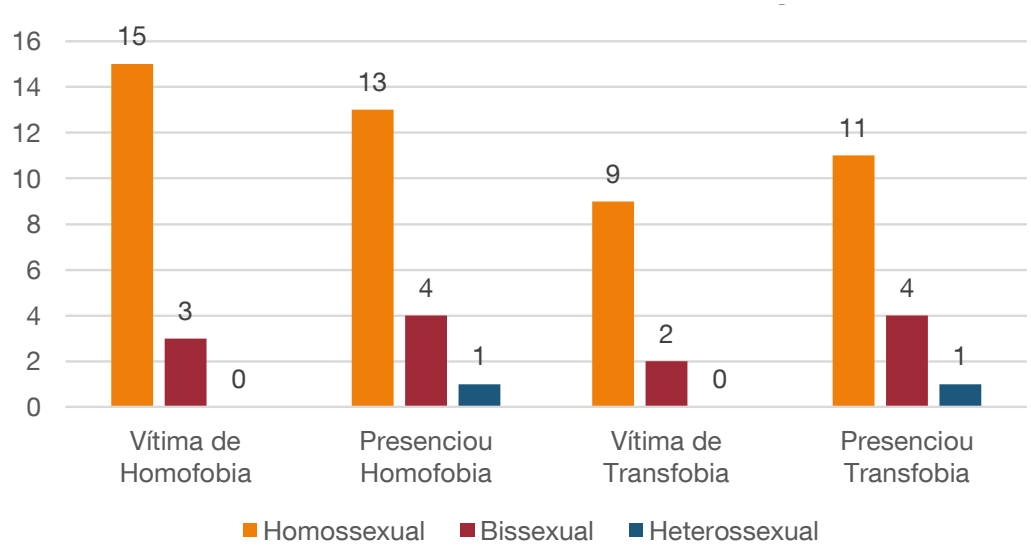
O gráfico da esquerda indica que 19 dos 20 participantes são alunos, o que perfaz uma maioria esmagadora. A participação remanescente é de um psicólogo. É de assinalar que pela primeira vez num relatório não encontramos nenhuma queixa apresentado por um professor.

Gostaríamos de realçar que a homofobia e a transfobia manifestam-se em todas as áreas, inclusive num sentido bidirecional. Ou seja, se muitos alunos sofrem discriminação vinda dos seus colegas heterossexuais, outros sofrem-na também de homo ou bissexuais que adotam posturas homofóbicas para que nenhum dos seus colegas desconfie da sua orientação sexual. Este tipo de comportamento é mais comum do que se possa pensar e tem sido referido no testemunho de muitos homo ou bissexuais que mais tarde se assumem como tal.

É importante não esquecer que a bidirecionalidade também existe entre alunos e professores ou outros funcionários. Se muitos destes perpetuam falsos estereótipos e preconceitos, alguns outros também sofrem na pele a discriminação com base na orientação sexual e identidade ou expressão de género por colegas de profissão ou por alunos.

O gráfico da direita indica que a maioria das situações ocorreram no Ensino Secundário (11). Em segundo e terceiro lugar surgem o 3º Ciclo do Ensino Básico (4) e o Ensino Superior (3), constando pela primeira vez no Observatório de Educação uma queixa no contexto de um Instituto de Línguas. Por via dos testemunhos, é possível identificar, também pela primeira vez, uma ocorrência passada num colégio (instituição privada de ensino obrigatório) e, noutro caso, ocorrências no contexto de um estabelecimento de ensino de carácter religioso (católico).

3. Experiências de discriminação

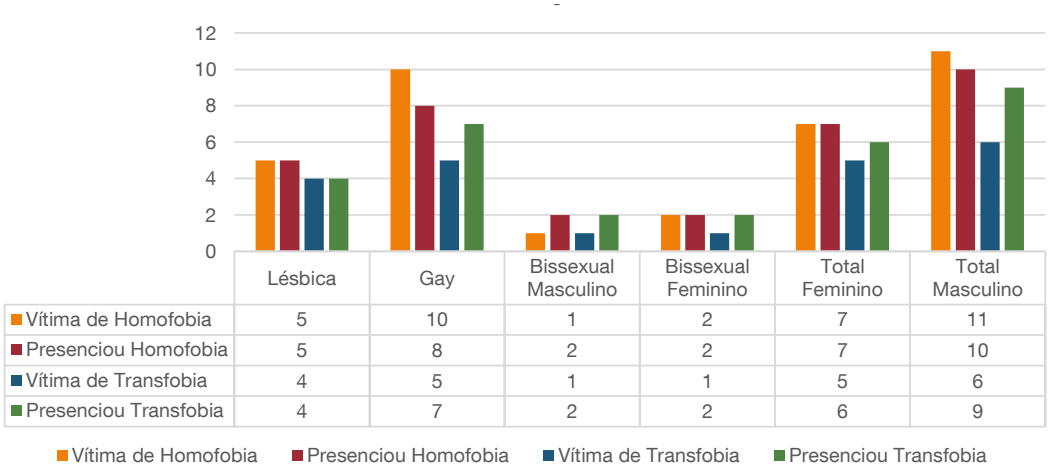


9. Experiência de discriminação

O gráfico acima mostra claramente que a maioria dos participantes do presente Observatório viveu na primeira pessoa ou presenciou diante de terceiros episódios de homofobia. Porém, a transfobia também se encontra presente. Neste relatório encontramos um valor proporcionalmente mais elevado entre os participantes homossexuais ou bissexuais, comparativamente ao de anos anteriores, porventura por ser menos confundida com a homofobia. Ou seja, esta diferença poderá ser fruto de uma noção que a expressão de género é distinta, por norma, da orientação sexual[1], mas que é em simultâneo um elemento fortemente associado à orientação sexual da parte de alguns agressores, e/ou ser uma questão de coincidência destes dois aspetos, significando que as pessoas participantes acumulam uma orientação sexual e uma expressão de género ambas não normativas.

Embora não possamos considerar estes valores como absolutos, porque apenas traduzem experiências de um pequeno grupo de pessoas, é possível alargar a sua experiência e dia-a-dia até nós mesmos. Ao longo das nossas vidas, muitos de nós presenciámos contextos de homo/transfobia. Essa situação pode ir desde as simples piadas quotidianas até ao insulto direto. Em alguns casos extremos a discriminação chega mesmo a colocar em questão a nossa integridade física.

1. A orientação afetivosexual por alguém do mesmo sexo pode ser considerada uma expressão de género não normativa, ao quebrar-se a expetativa de género de que um homem necessariamente só se apaixona por uma mulher e vice-versa. No entanto, esta é uma perspetiva que não é (ainda) do senso comum.

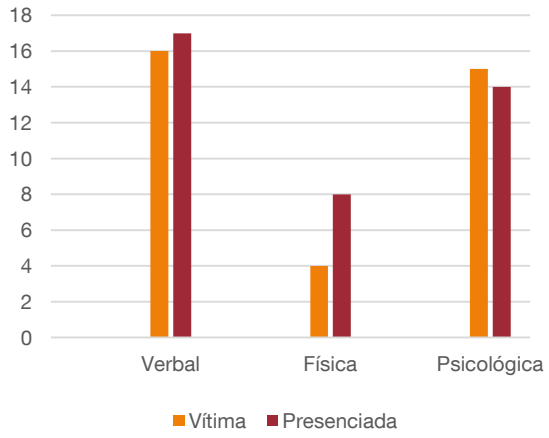


	Lésbica	Gay	Bissexual Masculino	Bissexual Feminino	Total Feminino	Total Masculino
Vítima de Homofobia	5	10	1	2	7	11
Presenciou Homofobia	5	8	2	2	7	10
Vítima de Transfobia	4	5	1	1	5	6
Presenciou Transfobia	4	7	2	2	6	9

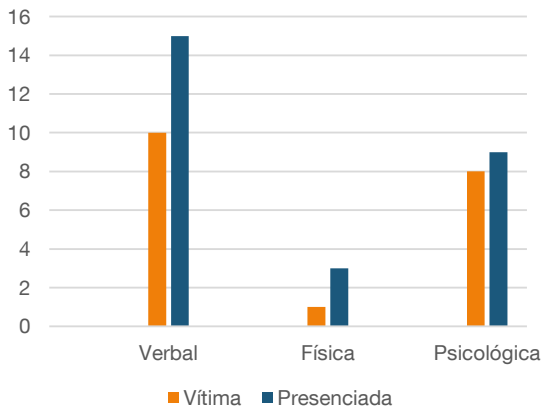
10. Sexo VS orientação sexual

Esta exclusão e segregação social, inconsciente ou consciente, leva a que muitos e muitas cresçam em ambiente hostil e que também eles e elas, de alguma forma, se condenem com pensamentos e/ou comportamentos de homo/transfobia internalizada.

No gráfico acima apresentamos uma análise tendo em conta a experiência da homofobia e da transfobia com a variável sexo vs. orientação sexual. Por exemplo, a tendência seria para supor-se que os jovens do sexo masculino poderiam, tendo em conta as convenções sociais de género, apresentar tendencialmente uma maior probabilidade para serem vítimas de transfobia. Embora o nosso relatório seja qualitativo, e não consideremos a amostra representativa, detetamos que o número de pessoas do sexo feminino a reportarem ser vítimas de transfobia é muito próximo ao do sexo masculino. Continuamos, no entanto, a verificar mais pessoas do sexo masculino a reportar o testemunho de transfobia, comparativamente com as pessoas do sexo feminino. Por sua vez, temos uma distribuição proporcional muito próxima em ambos os sexos da experiência tanto de vitimização como de testemunho de violência homofóbica.

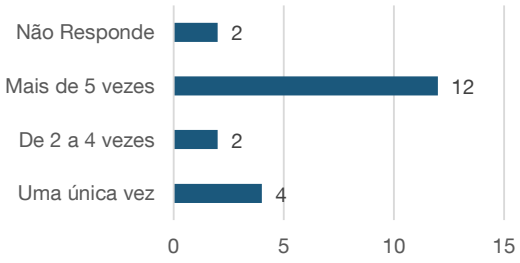


11. Agressão homofóbica

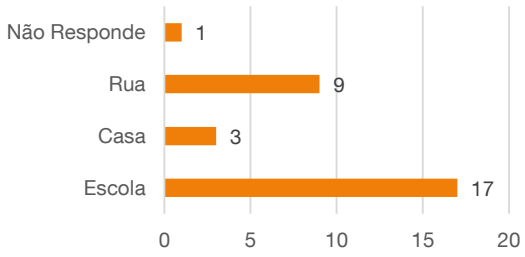


12. Agressão transfóbica

Estes dois gráficos ilustram quais os tipos de agressão (verbal, física ou psicológica) que podem assumir os comportamentos homo/transfóbicos. Os valores mais elevados são a agressão verbal, seguida pela psicológica. No entanto, os valores da ocorrência de agressão física não são negligenciáveis, sendo esse tipo de agressão referido por 20% dos participantes como algo do qual foram vítimas. É preocupante constatar como, na maioria dos casos denunciados, a agressão está presente a vários níveis. O efeito da agressão pode coibir o desenvolvimento são das nossas competências inter/intrapessoais, bem como pôr em risco a nossa integridade física. Casos de homo/transfobia continuam a marcar o dia-a-dia de muitos que, direta ou indiretamente, sofrem na pele a discriminação. Não podemos esquecer também todos aqueles e aquelas que nunca chegam até nós pelo enorme receio de que as suas vidas mudem radicalmente só por terem uma orientação sexual ou uma identidade ou expressão de género variante da norma. Por fim, é de realçar que, pela primeira vez num relatório do Observatório, não foram especificados outros tipos de violência.

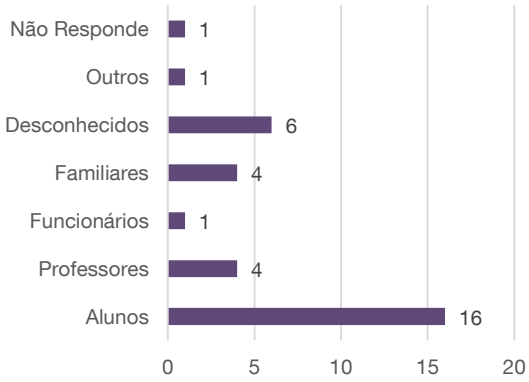


13. Quantas vezes



14. Local da agressão

15. Quando aconteceu



16. Quem praticou

Nestes gráficos constatamos também que as agressões por norma não são algo pontual, mas sim algo recorrente, ou pelo menos com alguma repetição, no quotidiano de muitas pessoas. A maioria das agressões são relatadas com uma ocorrência superior a cinco vezes (60%), seguida da agressão uma única vez (20%). Ocorrências entre 2 a 4 vezes e superiores a cinco vezes perfazem entre si a maioria das respostas (70%). Estas situações ocorrem com maior frequência em ambiente escolar, ou seja, na própria escola (85%), mas também na rua (45%). Neste âmbito é de destacar que é considerado perímetro da escola até aos 100 metros envolventes do estabelecimento escolar. Encontramos adicionalmente um valor com alguma relevância nas agressões ocorridas em casa (15%). É lamentável que o ambiente escolar (e outros de caráter educativo) não reúna condições para ser um espaço físico e psíquico onde cada “residente” (aluno, professor, psicólogo ou assistente operacional) tenha o seu bem-estar assegurado.

A maioria das agressões foram realizadas há mais de um ano (60%) em relação à data da denúncia ao Observatório. Em segundo lugar, surgem as ocorrências há menos de seis meses (25%) e em terceiro lugar as ocorrências há entre 6 meses e 1 ano (5%). Com uma amostra maior, poderíamos ponderar se este tipo de realidade continua a ser algo do nosso presente ou passado recente. Todavia, verifica-se, pela primeira vez num relatório do Observatório, que o número de ocorrências com mais de um ano são não só em número muito superior, como perfazem metade do valor das queixas com menos de um ano. Não é possível tirar conclusões rigorosas com estes dados, mas é efetivamente desejável que a homofobia e a transfobia nas escolas seja cada vez mais uma realidade do passado.

Desde a criação do Observatório de Educação LGBT muitas situações foram denunciadas. Sem a existência deste projeto a maioria esmagadora das denúncias que apresentamos nunca teriam sido feitas e/ou partilhadas. Este relatório, ainda que informal, remete-nos, tal como os anteriores, para a importância da criação de meios seguros para formalizar as situações de agressão. Situações de discriminação/agressão acontecem nas nossas escolas e é urgente que se tomem medidas de apoio para a especificidade deste problema. Se até à data da criação deste Observatório não existiam dados concretos é justamente pela ausência de meios para o fazer. As denúncias, por exemplo, devem ser confidenciais. Pretende-se parar com a homo/transfobia nas nossas escolas e não fazer um levantamento público sobre a orientação sexual e/ou identidade de género dos alunos, professores, psicólogos e/ou assistentes operacionais.

Das 20 pessoas participantes, 16 denunciam que a agressão veio da parte de alunos e 6 da parte de desconhecidos. Professores e familiares são referidos por igual número de participantes: 4. Estes são os valores mais elevados que podemos observar no gráfico “Quem praticou”. A enorme discriminação entre alunos tem origem, uma vez mais, na especificidade dos temas orientação sexual e identidade ou expressão de género e num ainda elevado desconhecimento sobre os mesmos. Esta falta de informação correta e científica sobre uma questão, que também é uma questão de direitos humanos, deve-se à ausência no nosso sistema de ensino de reforço positivo materializado sobre estes temas, de acordo com testemunhos que a rede ex aequo tem recolhido.

O quadro legal mudou em 2012 e temos contado desde então com a inclusão da orientação sexual e da identidade de género no “Estatuto do Aluno e Ética Escolar” (Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro), como duas das razões pelas quais nenhum aluno pode ser discriminado por elementos da comunidade educativa. Esta mudança foi uma resposta positiva a um pedido de alteração do estatuto, endereçado ao Ministério da Educação e Ciência, pela própria rede ex aequo, no momento em que o documento se encontrava a ser preparado, porque a nossa associação reconhece que um dos obstáculos à prevenção e combate da homofobia e da transfobia nas escolas tem sido a ausência de sua referência explícita nos regulamentos internos

das mesmas. Assim, naquele que é o regulamento maior e de referência dos “direitos e deveres” dos alunos passou a ler-se no artigo 7º (Direitos do Aluno): “1 – O aluno tem direito a: a) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, condição económica, cultural ou social ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas; (...)”. A nossa expectativa e desejo continuam a ser que estas questões deixem de ser omissas como regras e pressupostos tácitos nas relações entre elementos da comunidade educativa, nomeadamente porque continuamos, como veremos nos gráficos que seguem, a verificar um número muito elevado de vítimas com total ausência de suporte social e/ou escolar perante as situações de agressão que sofrem, em grande parte também porque não se sentem seguras o suficiente para pedir ajuda ou denunciar as ocorrências.

Adicionalmente, em 2009, contámos com a aprovação da Lei n.º 60/2009 de 6 de agosto (Lei da Educação Sexual em Meio Escolar), na qual constam como duas das finalidades da educação sexual: “f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais; (…) l) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual”. Continuamos a considerar este instrumento fundamental, mas também constata-se novamente a existência de dificuldades em aferir se estas alíneas se encontram a ser aplicadas de modo pleno nas escolas em Portugal e que os professores-coordenadores, os professores responsáveis em cada turma e os professores que integram as equipas interdisciplinares de educação para a saúde e educação sexual encontram-se todos devidamente preparados e sensibilizados para os temas a que este relatório diz respeito e que se encontram a cumprir a lei sem omissões. Não consta que qualquer entidade especializada nesta temática da orientação sexual e identidade ou expressão de género se encontre a dar apoio na formação referente à Educação para a Saúde, nem que qualquer entidade externa especializada nesta área tenha tido a possibilidade de avaliar como se encontram a ser transmitidos os conhecimentos neste tema ou se sequer se encontram a ser transmitidos de forma desenvolvida. A ausência desta avaliação externa e independente permite deixar em aberto dúvidas sobre o que se encontra a ser efetuado efetivamente para prevenir inclusive que 25% dos agressores sejam familiares, professores ou funcionários como referido pelos participantes do presente Observatório. Estes valores são exemplos de como ainda há agentes educativos que não sabem lidar com este tema de forma informada, correta e promotora do respeito e da necessidade de formar todos os professores, quer em seio de formação inicial como contínua, e de promover ações de sensibilização para os encarregados de educação/figuras parentais.

—— A minha melhor amiga na altura, lembrou-se de me começar a gritar “LÉSBICA!!” e “NÃO ME TOQUES!” no meio da escola, no intervalo, com os corredores cheínhos [sic] de outros alunos/colegas. Ela fez o seu papel muito bem, com aquela cara de nojo e de assustada que me dirigia, como se eu fosse um monstro. De salientar que eu não fiz nada, mesmo nada, aquilo começou do nada, ela lembrou-se. (30F L Setúbal)

—— Eu fui vítima de discriminação por ser homossexual mas apesar de não estarem a falar para mim era sobre aquilo que eu sou e então aquilo que eles disseram foi bastante desagradável. Os meus colegas diziam que os homossexuais, bissexuais e outras pessoas com outro tipo de ser deviam morrer porque na mentalidade deles é homem e mulher não, mulher com mulher/homem com homem; ou então mulher com mulher e homem e por aí. Isto […] foi durante uma sessão de uma associação chamada UMAR e que tem duas simpatizantes da LGBT e foi uma dessas simpatizantes que me aconselhou a vir aqui. (18F L Setúbal)

—— Ainda sofro de [d]iscriminação. (16M G Setúbal)

—— [Ele] era de Rio Maior, mas vivia nessa altura em Lisboa com o [i]rmão mais velho, numa casa alugada em Lisboa. Ele m aquilhava-se e por vezes usava saltos altos, e levava amigos LGBT e namorados para casa. O irmão era super homofóbico, chamava-lhe imensos nomes, e dava-lhe murros, pontapés, etc, sempre que tinham uma discussão sobre o que quer que seja.

—— [Ela] vivia com os pais em Lisboa. Nesse ano tinha uma namorada, que tinha expressão de género diferente do considerado comum p[e]la sociedade. Os pais odiavam-na, e começaram a praticar violência psicológica com ela. Nunca me vou esquecer que além das vezes q[ue] a expulsaram de casa, uma vez ela saiu por estar farta daqueles problemas todos, e foi viver para casa da namorada (que vivia com um pai alcóolico). Na primeira noite, o pai d[ela] ligou-lhe a dizer: “Espero que o pai dela te viole todas as noites”. (27F HT Lisboa)

—— Ainda hoje sou obrigada a andar de cabelo comprido, pois tenho medo de ser posta de parte do meu grupo da escola. [A]s pessoas que quis que me ajudassem apoiaram o que a minha turma me estava a fazer. […] Eu ainda não contei que sou bissexual e me identifico mais com um rapaz, mesmo sendo uma rapariga e sendo obrigada a usar roupas mais femininas (só a minha mãe me ajuda nessas alturas). Já fui discriminada mas diziam que eu tinha que ser

lésbica. Já sofri de bullying (tanto verbal como psicológico como físico), não quero ser discriminada mais vez nenhuma. (17M B Aveiro)[2]

—— Terminei o 9º ano, mudei de escola já devido a episódios de bullying constante. Escola nova, pessoas novas, aparentemente tudo correria bem... até que a certa altura começo a ver a minha vida a andar para trás: [l]á começaram outra vez os episódios de bullying. No meu 10º ano cheguei a ser ameaçado na escola por colegas da minha própria turma com uma navalha e um isqueiro, empurram-me e fiquei estendido no chão, e ninguém perguntou se eu estava bem, ninguém quis saber de mim. Também entraram no meu facebook e publicaram que era homossexual e que um "ex" grande amigo meu e que tinha me assumido à custa de um amigo meu (a minha amizade com ele perdeu-se até hoje, ele era como um irmão para mim), reagi muito mal perante tal coisa. No 11º ano o inferno voltou, desta vez foi bem pior, colegas da minha turma com já suspeitas do ano anterior, leram o meu ask.fm (eu lá fazia a mínima ideia que eles liam essa minha rede social) e descobriram que eu gostava de rapazes e a partir daí passaram a gozar de mim, a por piones nas cadeiras onde me sentava, chegaram a desenhar um pénis e deixaram na minha secretária numa aula de Filosofia, entornarão-me [sic] uma garrafa de leite em cima da minha roupa e foi horrível, deram-me uma chapada, prometeram-me uma carga de porrada, passaram também a ver os sítios por onde andava, a gozar com a forma como me vestia, usava make-up, tinha o cabelo esticado, etc. O único amigo que tinha na turma difamou-me (fez-se passar por homossexual, a fim de obter fotos minhas nu para se vingar de mim, sei lá porquê, eu nunca fiz-lhe mal a ele, nem sou capaz de fazer mal a uma mosca) por toda a escola e inventou boatos sobre mim, passei realmente um mau bocado. Até que um dia ele entrou na escola a dizer: "Olhem hoje a Maria (eu) esticou o cabelo!" Inclusive tive uma pessoa muito amiga a quem ele mostrou uma fotografia minha nu, disse-lhe: "Isso é beleza artística! Tu não tens nada de andar a difamar o rapaz, nem tu nem ninguém! Não interessa se ele é gay ou não, e se for não tens nada a ver com isso! Mete-te na tua vida, senão vais ter problemas!" Já neste ano lectivo, um colega meu falou desagradavelmente mal para mim, imitou-me, gozou comigo à frente de toda a turma e professora, mandou-me levar no ** , e chamou-me de p********, disse que eu gostava de leitinho e ameaçou-me que ia fazer a vida negra.

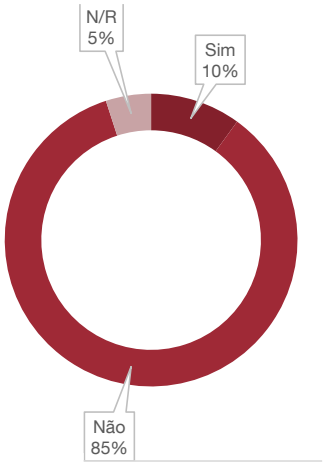
2. A pessoa participante identificou-se, na secção do formulário que solicita dados demográficos, como sendo do sexo masculino, mas utiliza a flexão feminina para referir-se a si mesma. Pelo testemunho descritivo que efetuou é possível perceber que é uma pessoa cujo sexo atribuído à nascença é feminino, mas que se identifica mais como sendo rapaz, não se identificando no entanto enquanto transexual masculino, mediante as opções oferecidas no formulário quanto à identificação do sexo ou identidade de género.

— […] [E]stávamos então todos no auditório e íamos ver um filme. Entrámos todos e sentamos-nos e como sempre chegaram aquelas pessoas atrasadas, depois a professora não estava a conseguir colocar correctamente o filme porque as legendas estavam a ficar cortadas...e perguntou: “Quem é que percebe disto? Vocês são de informática certo? Alguém que me venha aqui me ajudar que eu de informática não percebo nada!” ninguém na sala se voluntariou até que ouço dizerem “Vai lá tu engenheiro (esse é o meu apelido lá na escola), eles costumam sempre “empurrar” tudo para cima de mim! E então lá fui eu... […] Depois começamos a ver o filme, e a certa altura apareceu um rapaz sem t-shirt (e estava a mostrar o corpo do rapaz, eu até estava apreciar porque ele era lindo e tinha um bom corpo) e esse meu colega mandou uma piadinha (como sempre para pegar comigo e me criticar) achando-se o maior. Via-se o peito do rapaz depois continuou-se a ver o resto para baixo, e quando chegou perto de mostrar a cintura ele disse: “É melhor que a câmara não desça mais senão o Engenheiro fica teso! Olha tem cuidado!” e depois todos começaram a rir e a gozar de mim, eu fiquei tão passado nessa altura, só me apetecia dar-lhe uma estalada, fiquei com uma raiva e ira... apeteceu-me tanto chorar naquela altura (mas tentei controlar) e fugir dali o mais rápido que conseguisse! Mas não enchi-me de coragem e respondi-lhe (num tom grosseiro e bem direto para todos ouvirem) : “Já paravas com piadinha antes que tenhas um processo disciplinar na secretaria da educação...” Depois ainda começaram a gozar mais e a me imitar a dizer isso... fiquei tão fulo! A professora ouviu, e disse-lhe que devia respeitar toda a gente, e parecem (e são) autênticas crianças, que já tinham idade para saber respeitar as diferenças dos outros...” E o meu colega respondeu para toda gente ouvir: “Ah eu odeio paneleiros! Detesto gajos que levam no rabo!” e outro colega meu ainda lhe disse: “Está calado, não armes mais confusão! E se tivesses uma amiga que fosse lésbica ias a desprezar só por isso?” E ele: “Sim! Detesto gays!”

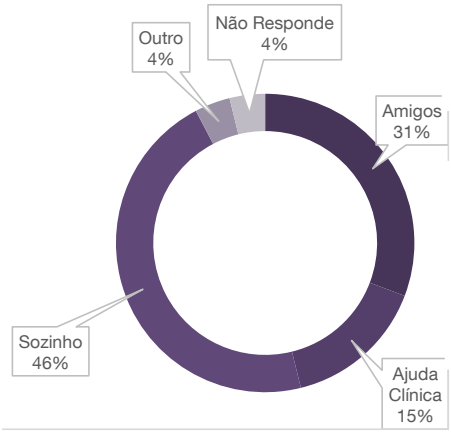
— Noutra aula de Edu. Física estávamos a leccionar a modalidade de basebol e a professora mandou-me fazer de catcher “quem apanha as bolas”, e certos colegas disseram para mim: “Ah vai lá apanhar as bolas, tu só gostas é disso, seu vadio não fazes nada nas aulas...só gostas de estar sentado e blá, blá blá... e estavam sempre a gozar e a mandar bocas, estão sempre a me massacrar e estou farto, pelos cabelos! Fiquei com um trauma no desporto devido ao bullying passado desde há alguns anos, relembro-me de tudo o que eu passei em pequenino, e entro em modo depressivo, e depois as pessoas não me sabem integrar, metem-me sempre de parte jogado a um canto sempre foi assim... e depois começam a gritar comigo dizendo que eu não sei jogar e que não jogo direito, e gozam comigo, também o facto de não me sentir bem nos balneários com os rapazes, por isso no 11º e 12º tive atestado médico a educação física, porque fazer aquelas aulas para mim era uma tremenda tortura psicológica! Foi horrível todo este processo... (17M G Madeira)

— Durante uma aula de educação física, fui insultado. À frente de toda a gente, uma rapariga chamou-me “gay de merda, paneleiro nojento” só porque eu fui descuidado e choquei com ela. Até ao final da aula, ouvi os colegas meus que estavam no banco a insultarem-me, a falarem mal de mim nas costas alto o suficiente para eu ouvir, no intuito de me magoar. Já corriam boatos no colégio que eu andava sobre a minha orientação, as pessoas faziam comentários menos agradáveis, mas nunca me tinha acontecido semelhante. [...] Fui ameaçado, no final da aula, pela mesma rapariga, e está tudo registado nas câmeras do colégio. (16M G Porto)

— O meu professor disse-me que deveria ter cuidado com os meus tiques e voz feminina porque parecia uma “Gaja” e assim ia ser difícil vingar no mercado de trabalho. (22M G Porto)



17. Apresentou queixa



18. Como lidou com a situação

Um aspeto que permanece preocupante, de forma inalterada ao longo dos anos, e que pode ser confirmado no gráfico “Apresentou queixa”, é que poucas vítimas apresentam qualquer tipo de denúncia formal das incidências ocorridas. Deparamo-nos adicionalmente com um valor inferior de denúncias (5%) em relação ao relatório do Observatório de Educação em 2012 (11%).

Algumas das razões apresentadas, ao longo dos relatórios deste Observatório de Educação, para não fazer qualquer denúncia são considerar que as autoridades iriam tratar o caso de forma leviana, sem lhe dar a importância que tem, receio que as autoridades não tratem a queixa com sigilo ou elas próprias também discriminem, sentirem falta de apoio ou apoio insuficiente. Esses relatos indicam que é necessário não só os responsáveis educativos estarem mais atentos e, nomeadamente, intervirem inequivocamente quando presenciarem este tipo de situações, mas também tornarem claro a priori que queixas por estes motivos são justificadas, adiantando a informação de como e a quem podem ser apresentadas. As vítimas necessitam de sentir que ao apresentar queixa serão ouvidas, que o podem fazer em segurança e que a sua esperança de serem tratados de forma correta e de que tudo será feito para que a sua realidade mude não sairá gorada.

— [Não apresentei queixa por] Vergonha. (30F L Setúbal)

— Porque não consideraram que fosse importante fazerem queixas... ambas referiram que era algo passageiro, seria só até que os familiares aceitassem... (27F HT Lisboa)

— Não achei que alguém tivesse alguma coisa a ver ou que pudessem resolver. Só iriam aumentar o impacto da situação. (18F B Lisboa)

— [Não apresentei queixa] porque nunca liguei a [ess]as pessoas, porque cada um é como é e ninguém tem que se meter, porque um dia pode ser eles a precisarem de nós. (16M G Aveiro)

— [Não foi apresentada queixa] Por medo de represálias e por vergonha. (21F L Viseu)

— Ninguém sabe, não quero ser discriminada nem quero que saibam esse segredo “obscuro” meu. Pois quero ser aceite e [n]ão quero desiludir ninguém. (17M B Aveiro)[3]

— [Não apresentei queixa porque] Disseram-me que o caso iria ser resolvido dentro do colégio. (16M G Porto)

— [Não apresentei queixa porque] Na altura estava a a recuperar de uma depressão devido à minha orientação sexual a qual só este ano me senti à vontade para partilhar com quem me rodeia... deixei-me vencer pelo medo. (22M G Porto)

3. Ver nota de rodapé anterior.

—— [Não apresentei queixa por] Medo de represálias, de nada ser resolvido e o bullying verbal e psicológico aumentar. Além disso, violência verbal e psicológica, especialmente numa escola católica onde estudava, era negligenciado quando direccionado à comunidade lgbt, por ser indireto. (18M B Lisboa)

Os dois jovens que apresentaram queixa afirmam que foi efetuada por iniciativa sua, num dos casos ao Diretor de Turma e à Diretora de Escola e no outro caso à Direção da Escola, ao Diretor de Turma, ao professor de Educação Especial e a professores, em geral. Ambos referem que as queixas não tiveram resultados positivos. O mesmo já acontecera com as pessoas participantes do Observatório de 2012. O sentido inverso ocorreu somente nos relatórios de 2008 e de 2010, em que encontramos algumas pessoas participantes a indicar que obtiveram algum resultado da sua queixa. Este tipo de situação confirma e reforça os receios apresentados por todas as pessoas participantes que decidiram não apresentar queixa alegando receio de obter pouco ou nenhum resultado. No entanto, por via dos testemunhos4, constata-se que um dos participantes do presente Observatório não apresentou queixa, mas que a escola interveio por iniciativa própria e de modo positivo, o que não deixa de ser um exemplo de boa prática e motivador de esperança que se replique em cada vez mais estabelecimentos de ensino.

—— Não fizeram nada. (16M G Setúbal)

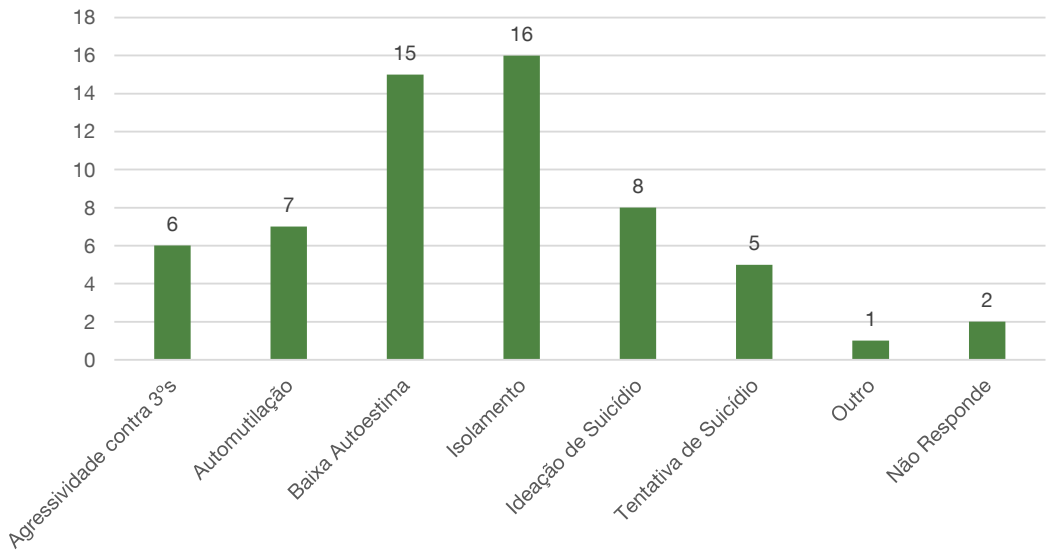
—— As reacções dos diversos órgãos educativos foram basicamente de normalidade, ninguém se preocupou demais, falaram diversas vezes com os intervenientes em questão, foram repreendidos inclusive mas nada disso resultou, o problema continuou e não foram feitos todos os esforços para terminar o problema aquando do seu início. Tive professores que ficaram indiferentes e não se importaram minimamente, a professora de educação física do 12º ano, ficou indiferente ao episódio de bullying que o meu colega me fez passar e apenas me disse que iria descontar-lhe na avaliação, nas atitudes da disciplina fiquei incrédulo, isso não foi nada justo, depois da humilhação que passei essa sanção não é dura o suficiente dado a natureza do caso e factos. (17M G Madeira)

No que diz respeito ao recurso a estruturas de suporte, constatamos no gráfico “Como lidou com a situação”, apresentado na página 23, que 12 das 20 pessoas participantes afirmam ter lidado com a situação sozinhas (60%), 8 afirmam ter recorrido a pessoas amigas (40%) e 4 a ajuda clínica (20%). Outra forma de apoio referida é o psicólogo da escola.

4. Ver o segundo testemunho de 16M G Porto na página 31.

A forma como cada vítima lida com a situação varia de pessoa para pessoa. Todavia, como podemos constatar, através dos relatórios deste Observatório, a grande maioria recorre a amigos ou fecha-se em si mesma. Nalguns casos os jovens têm de lidar com os problemas sozinhos, porque não sabem se irão ser novamente discriminados pela(s) pessoa(s) a quem decidem pedir ajuda e o receio obriga-os, por isso, ao isolamento. Esta situação acontece também por estes motivos quando verificamos a ausência de recurso ao apoio da família. O isolamento promove sentimentos complexos, como baixa autoestima e depressão, que podem dar origem ao abuso de substâncias, automutilação e à tentativa de suicídio ou suicídio. Estudos académicos por todo o mundo alertam que a população LGBT, durante a adolescência e a juventude, tem uma probabilidade de baixa autoestima, depressão e autoagressão pelo menos três vezes superior em relação à população jovem em geral, em consequência da discriminação e do preconceito.

De facto, no gráfico “O que sentiu após a agressão”, em baixo, encontramos sentimentos graves e muito preocupantes no que respeita ao bem-estar da vítima. Isolamento (80%), baixa autoestima (75%) e ideação suicida (40%), por exemplo, tornam-se comuns e não promovem, evidentemente, um processo saudável no desenvolvimento psíquico e físico das vítimas. Constatamos igualmente que 5 dos 20 participantes referem ter tentado suicidar-se (25%), o valor mais alto de sempre num relatório do Observatório – o valor mais alto fora 16% em 2012 -, e que 7 desses 20 participantes praticaram atos de automutilação (35%), valores, que juntamente com os 40% de ideação suicida, são preocupantes. Nenhum participante do presente Observatório assinalou a opção “depressão”, que por esse motivo não consta no gráfico em baixo, ao contrário do que ocorreu no relatório de 2012 onde encontrámos um valor de 41%.



19. O que sentiu após a agressão

— Houve automutilação mas não foi devido a este ato em especifico, penso... Mas sim um acumular de situações e sentimentos. Mas aconteceu por esta altura. O mesmo para ideação de suicídio/pensamentos sobre suicídio. (30F L Setúbal)

— [Ele] desenvolveu uma anorexia, e foi encaminhado para o hospital de [S]ta. Maria, mas penso que não tenha ido, porque neste momento está noutro país. No caso d[ela] os sentimentos estavam mais relacionados com a frustração e a tristeza! (27F HT Lisboa)

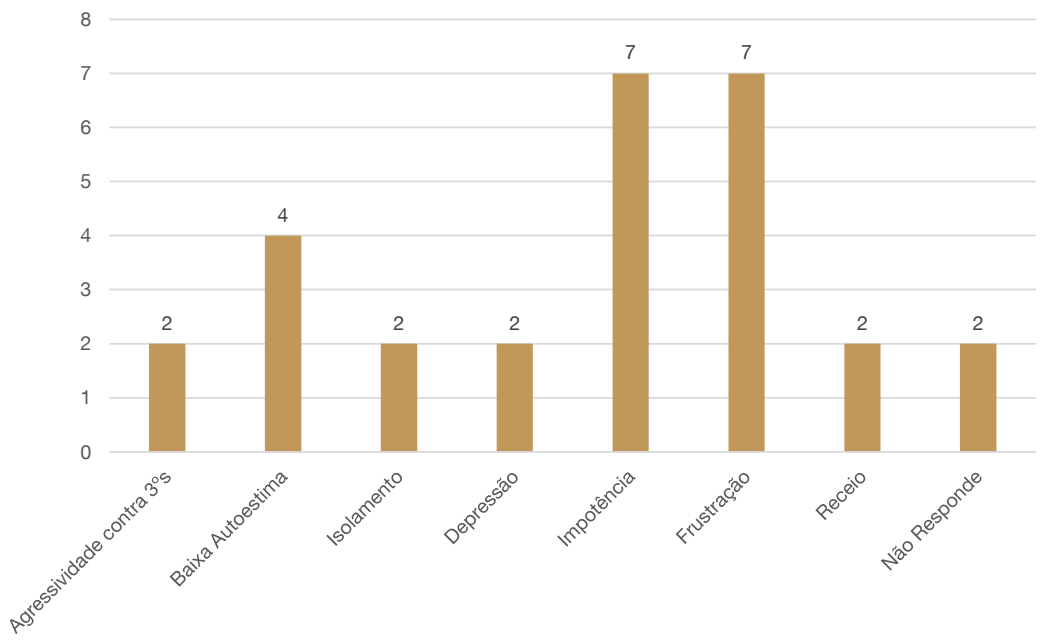
— [Senti] Que se calhar as pessoas tinham razão e havia realmente algo de errado comigo. (18F B Aveiro)

— [Senti] Uma grande revolta por não conseguir fazer nada para parar. Raiva, angústia, medo, ansiedade, revolta, começamos a ficar depressivos, receio de alguém saber, receio do que vai acontecer depois. Ou seja, sentimos só sentimentos sombrios dentro de nós. (17M B Aveiro)

— Senti-me frustrado, arrasado, injustiçado pelas pessoas nem se preocuparem minimamente com os outros que estão à sua volta, com o bem-estar das pessoas, e com o que episódios constantes de bullying podem causar a um jovem já frágil. Toda a gente naquela escola, deixam que as pessoas abusem, façam o que querem e isso não pode ser assim, não pode, ligam muito a aparência, se tens dinheiro ou não e muitas outras coisas.... está visto que fui para escola errada! (17M G Madeira)

— Senti-me humilhado, no momento, mas não me deixei afetar. Sou forte o suficiente para saber quem sou e para ignorar comentários de pessoas que não pensam nem têm valores. (16M G Porto)

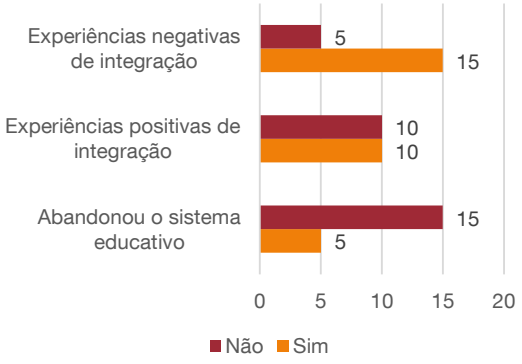
— [Senti-me] Desmotivado. (22M G Porto)



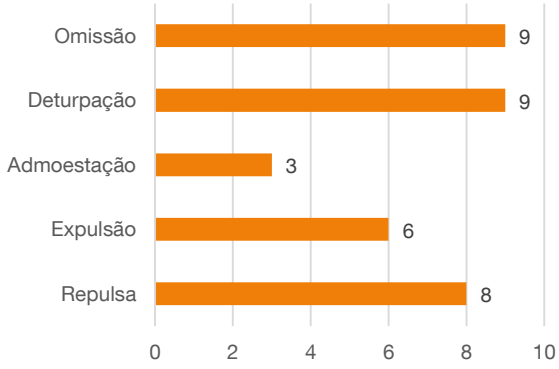
20. O que sentiu enquanto testemunha

Igualmente pela primeira vez no Observatório de Educação, apresentamos dados de como se sentiu quem testemunhou uma ou mais situações de discriminação. Esta introdução é feita na ótica que o testemunho também pode constituir uma agressão psicológica, se a testemunha partilhar de uma ou mais características que motivam a agressão à vítima. De facto, tendo em conta que entre os 18 participantes que testemunharam algum tipo de violência homofóbica ou transfóbica, os 16 que responderam a esta questão afirmam ter uma orientação sexual que não é a heterossexual, confirmamos que essa experiência tem algum impacto. Frustração e impotência (39%) são os sentimentos mais frequentemente referidos, mas surgem outros intimamente ligados ao bem-estar psicológico como baixa autoestima (22%), agressividade para com terceiros, isolamento, depressão e receio (11%).

4. Sistema educativo



21. Integração e abandono escolar



22. Experiências negativas de integração

Os dados apresentados no gráfico “Integração e Abandono Escolar” evidenciam uma adaptação e uma integração difíceis no ambiente escolar por parte das vítimas. A violência invisível que ainda ocorre não permite um sistema de ensino inclusivo. Existe um ambiente hostil no dia-a-dia de muitos jovens do nosso país que vivem diariamente situações de desconforto direto e/ou indireto sem que nada possam fazer para evitá-lo.

Entre os 20 participantes surgem 5, o valor em percentagem mais alto (25%) desde que existe o Observatório, que indicam abandono do sistema educativo antes do desejado devido à discriminação sofrida. Até ao presente relatório, o valor mais alto ocorrera em 2008 com 7% das pessoas participantes a indicar o abandono dos estudos precocemente. Não é possível afirmar que ocorreu um aumento desta consequência da homofobia e da transfobia, mas é possível constatar que a mesma continua a ser uma realidade e que exige uma resposta contínua de prevenção. Embora seja de destacar que verificamos um testemunho crescente de experiências positivas de integração (50%) – em 2012 fora 38% -, as negativas continuam significativamente superiores (75%) e são neste relatório indicadas por uma percentagem maior de participantes em relação ao relatório de 2012 (62%).

As experiências positivas, apesar de não constituírem antídoto, podem certamente aliviar o impacto das experiências negativas ao clarificarem para as vítimas que não se encontram sozinhas e num ambiente totalmente hostil. Não sendo suficientes por si, se ausente de medidas preventivas e corretivas adicionais no que diz respeito à discriminação e às agressões, com certeza que estas ações positivas testemunhadas pelos participantes são exemplos de uma abordagem necessária.

Podemos, por outro lado, confirmar no gráfico “Experiências Negativas” que são referidas principalmente atitudes de omissão e deturpação (45%), repulsa (40%) e expulsão (30%). A manutenção da referência de experiências de expulsão, um ato extremo, é particularmente surpreendente à luz das leis educativas atuais que promovem a necessidade de medidas de proteção a esta população juvenil em específico, como já relembrámos neste relatório.

— [Ele] abandonou o ensino educativo devido ao número considerável de faltas, e foi expulso por isso. (27F HT Lisboa)

— [Abandonou o sistem de ensino] Porque não se sentia enquadrado no meio escolar. (21F L Viseu)

— Acabei por abandonar a escola em Janeiro de 2014, isto devido a ter chegado ao cúmulo de tudo e não aguentar mais a pressão psicológica tanto em casa como na escola, ter de encarar aqueles brutamontes todos os dias... e estava na altura de pôr o meu ponto final já não aguentava mais a situação, quanto para mais eu sabia que a escola não estava minimamente interessada em defender os meus direitos, e digo isto com toda a clareza porque em 2013 eu pedi materiais da rede ex aequo para deixar na minha escola a fim de ajudar outras pessoas, o diretor disse: “Sim, sim! Muito bem”. Mas no final de contas não sei o que fizeram aos materiais que deixei lá com o intuito de serem distribuídos pela escola, eu nunca vi nenhum folheto ou brochura por sítio algum do espaço escolar, é minimamente vergonhoso isto, fiquei muito decepcionado com a atitude dos superiores da maior e melhor escola do país. Pode ser isso tudo, mas será que é assim tão melhor? (17M G Madeira)

Apesar de muitos participantes no Observatório frequentemente indicarem vontade de abandonar o sistema de ensino, as razões para não o fazer e/ou os comentários a propósito desse tema são diversificados:

— Não abandonei, mas desisti de tentar tirar boas notas. Novamente, não penso que tenha sido devido a este acontecimento apenas, mas sim um acumular de situações e sentimentos. (30F L Setúbal)

— Apesar de tudo, sinto-me bem no colégio. (16M G Porto)

— [E]stou a viver aquilo que sempre quis não podia abandonar por causa de uma imbecilidade. (22M G Porto)

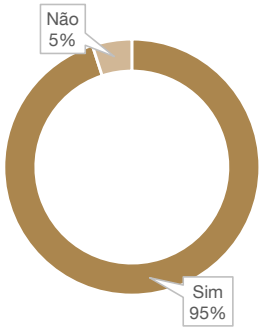
Um número elevado de participantes apresenta experiências negativas de integração (75%):

> Nunca foi falado ou mencionado nos temas dados pelos professores. (30F L Setúbal)

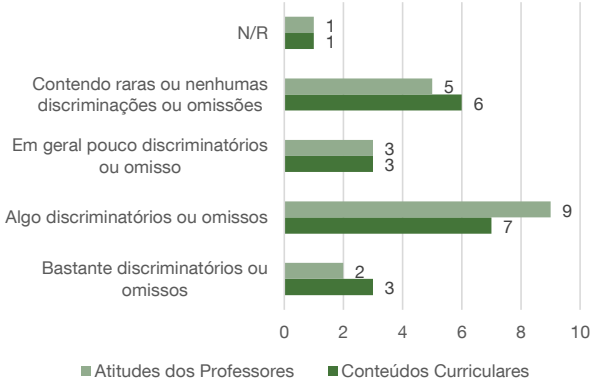
Algumas das experiências positivas de integração dos participantes (50%) são descritas da seguinte forma:

> Na antiga escola onde andei os professores nem falaram sobre a homossexualidade, abordaram só a heterossexualidade. Ando hoje no 11º e só nesta escola é que comecei a abordar essa matéria e me identifiquei um bocado. (17M B Aveiro)

> Na aula seguinte, foi reunida a turma e debateu-se o que aconteceu. As professoras deixaram bem claro que quem estava mal não eram os homossexuais mas sim as pessoas que não tinham capacidades de perceber que a homossexualidade não é um problema. (16M G Porto)



23. Negação por parte do sistema educativo



24. Professores e currículo

No gráfico “Negação por parte do sistema educativo”, 19 dos 20 participantes reportam a ideia de negação por parte do sistema educativo português em incorporar conteúdos curriculares sobre a orientação sexual e a identidade ou expressão de género. Este tipo de atitude promove e perpetua, evidentemente, a existência de uma orientação invisível, de uma identidade invisível e, indiretamente, também de uma forma de violência muitas vezes ténue e invisível. Esta perceção tem sido prevalente nos relatórios mais recentes e poderá ser um indicador que não está a ser feito o suficiente no que diz respeito à boa execução da Lei de Educação Sexual de 2009 nesta temática, já que a sua visibilidade se encontra aparentemente ausente e se tem reproduzido numa avaliação extremamente negativa da parte dos participantes quanto à incorporação de conteúdos curriculares LGBT.

O gráfico “Professores e Currículo” mostra-nos que as pessoas participantes na sua maioria consideram que as atitudes do professores é algo discriminatória ou omissa (9), seguido por raras ou nenhumas discriminações ou omissões (5). Verifica-se neste caso uma avaliação mais positiva, já que no relatório anterior quem apresentou queixa dividiu-se na sua maioria entre considerar que as atitudes dos professores são bastante ou algo discriminatórias ou omissas e em geral pouco discriminatórias ou omissas ou contendo raras omissões.

No que diz respeito aos conteúdos curriculares constatamos uma avaliação dividida: um total de 9 participantes efetuam uma avaliação mais positiva, enquanto um total de 10 participantes fazem uma avaliação mais negativa. É de salientar o contraste na afirmação de que há negação da parte do sistema educativo em incorporar conteúdos curriculares LGBT, com uma perceção mais positiv□a quanto à discriminação ou omissão destes temas nos conteúdos previstos nos programas. Tendo em consideração que o termo “sistema educativo” refere-se ao conjunto de meios para concretização da educação, fica em aberto se esta perceção decorre do testemunho de obstáculos na execução dos conteúdos previstos por lei, se algumas das pessoas participantes consideram não ser pertinente/importante a transversalidade destes temas nas diferentes disciplinas ou se consideram que espaços disciplinares próprios onde estes temas sejam pertinentes não existem e deveriam existir. É de salientar que a omissão e a negação da homossexualidade, bissexualidade e transgenerismo, quer da parte dos professores, mas principalmente no âmbito dos programas, continuam a ocorrer e promovem naturalmente a falta de informação sobre estes temas e, consequentemente, perpetuam o preconceito e a discriminação.

Como referido, já não se encontra claramente ausente nas leis e nos planos curriculares em Portugal, na área da saúde e da educação sexual, a importância de informação, correta, objetiva e científica sobre orientações sexuais diferentes da maioria, para os jovens em geral, com o objetivo de os formar no respeito ao próximo e a sua diversidade, mas também para a própria juventude homossexual ou bissexual ou com dúvidas. No entanto, a introdução do tema da identidade ou expressão de género, por sua vez, não é explícita na Lei de Educação Sexual de 2009, ficando sujeito a interpretação se “o respeito pelas diferenças entre as pessoas” referido na lei sustenta essa concretização, algo que independentemente de válido, é insuficiente derivado do texto não ser inequívoco.

Adicionalmente constatamos que tanto o tema da orientação sexual, como o da identidade ou expressão de género são inexistentes enquanto matéria explícita nas linhas orientadoras do Ministério da Educação e Ciência para a área curricular opcional da educação para a cidadania, divulgadas em documento em novembro de 20135. Assim, não é detetável qualquer incentivo para que estes temas sejam referidos, com naturalidade, quando pertinentes, em disciplinas como, por exemplo, Filosofia, Línguas e Literatura ou História, entre outras.

A referência à homossexualidade de figuras históricas importantes, por exemplo, dentro do espaço da sala de aula, quando relevante, mas não só, é algo demasiadas vezes ausente e bloqueia a visibilidade positiva de pessoas homossexuais, bissexuais ou trans, tanto para aqueles que também são, como para aqueles que não são. No seu folheto "Combater o Bullying Homofóbico nas Escolas" a rede ex aequo apresenta o exemplo de duas figuras históricas importantes: Alan Turing (Matemático) e Eleanor Roosevelt (Presidente do Comité que aprovou a Carta Universal dos Direitos Humanos e força motora deste mesmo documento). A rede ex aequo continua a receber testemunhos de jovens que indicam que há professores que procuram evitar falar destes temas na sala de aula ou que, quando o fazem, reproduzem informações falsas e preconceituosas. Estas atitudes validam moralmente os comportamentos dos agressores, porque estes recebem dos agentes educativos mensagens que a orientação sexual e a identidade ou expressão de género de pessoas LGBT não é válida ou que o respeito dessa diferença não é algo importante.

Situações como as referidas necessitam de mudar quanto antes. Apesar dos importantes passos que foram dados, inclusive também por via do "Estatuto do Aluno e Ética Escolar", é ainda necessária e urgente uma inclusão de questões direta ou indiretamente ligadas à orientação sexual e identidade ou expressão de género no nosso sistema de ensino, numa forma que não seja omissa ou procure branquear a existência desta realidade.

— Só comecei a ouvir falar de LGBT a partir do meu 10º ano e adorei abordar esse conteúdo pois quem mais entendo [sic] nós os "excluídos" de como se sentem, do que passamos e da discriminação. (17M B Aveiro)

— Senti-me melhor no colégio depois de isso acontecer. Falou-se disso em turma e alguns colegas meus aproximaram-se. (16M G Porto)

5. Consultável em http://www.dgidc.min-edu.pt/educacaocidadania/data/educacaocidadania/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf.

5. Conclusão

O presente relatório apresenta como primeiro elemento contrastante um número muito baixo de queixas apresentadas (20) através do formulário do Observatório de Educação LGBT da rede ex aequo. Se o relatório de 2012 apresentou já uma queda abrupta de queixas (37) em relação aos relatórios de 2010 (103 queixas) e de 2008 (92 queixas), é preciso recuar ao relatório de 2006, ano do lançamento desta iniciativa, para encontrar o mesmo número de queixas (20). Porém essas queixas correspondem a 7 meses de recolha (fevereiro a setembro de 2006) e não a 24 meses de recolha como o relatório do Observatório de 2014.

Não é possível concretizar uma avaliação sobre os motivos para uma descida tão acentuada. Seria desejável que fosse indicativo de um número menor de situações de homofobia e transfobia nos estabelecimentos de ensino em Portugal. No entanto, a rede ex aequo continua a receber relatos de situações dessa natureza fora deste recurso. Reconhecendo que os valores baixos dos últimos quatro anos podem ser fruto de um conhecimento deficitário da existência deste Observatório pela comunidade escolar e agentes educativos — e a população LGBT em particular — a rede ex aequo lançou em fevereiro de 2015 uma campanha de 3 vídeos intitulada #QuebraOSilêncio destinada exclusivamente a divulgar o Observatório de Educação LGBT e a solicitar a denúncia de situações de homofobia e/ou transfobia no contexto escolar. Esta é uma medida que, se bem promovida com o auxílio de parceiros relevantes na área da educação, poderá permitir à rede ex aequo chegar a mais vítimas e dar-lhes uma voz, ainda que anónima.

Por outro lado, é de relevar que embora a amostra seja pequena, a gravidade das queixas em si é proporcionalmente maior neste Observatório de 2014, já que em nenhum relatório anterior se verificaram percentagens tão altas de tentativa de suicídio e de abandono escolar (25%). Poderemos conjeturar a hipótese que atualmente as vítimas que sofrem de consequências mais graves estão mais motivadas para apresentar queixa do que outras que são igualmente vítimas mas contam com fatores protetores. É uma hipótese alternativa ou concomitante em aberto.

Através da participação de 20 pessoas que foram alvo de agressão homo/transfóbica ou que a presenciaram podemos resumir as nossas conclusões a quatro questões fundamentais:

Primeiro, após analisar detalhadamente cada denúncia realizada, continuamos a acreditar ser urgente criar medidas de proteção contra a homofobia e a transfobia em ambiente escolar, inclusive por via da atualização das normas de conduta de cada escola e dos manuais de procedimentos internos. Ao longo do presente estudo confirmámos que a discriminação com base na orientação sexual e identidade de género está presente nas nossas escolas. A homofobia e a transfobia baseiam-se, frequentemente, em informações com falta de rigor científico e objetividade e são fruto da omissão e da inexistência de debate correto e positivo sobre estes temas. Estas deficiências fomentam e validam, direta ou indiretamente, comportamentos e atitudes, mais ou menos violentos a vários níveis. A introdução da orientação sexual e da identidade de género no "Estatuto do Aluno e Ética Escolar" como duas das razões pelas quais o corpo discente não pode ser discriminado foi muito importante, mas requer um fomento da parte do próprio Ministério da Educação e Ciência para que as normas de conduta de cada escola e o seu respetivo cumprimento, também elas reflitam explicitamente, sem equívocos, estas alterações na lei.

Segundo, as agressões no espaço escolar contribuem seriamente para situações de baixa autoestima, isolamento, depressões e ideação e tentativas de suicídio, assim como para o insucesso e abandono escolar de muitos jovens LGBT. Os índices largamente superiores demonstrados pela juventude LGBT, consequentes da discriminação, apresentados em estudos feitos por todo o mundo, não podem ser ignorados e demonstram as consequências da ausência de uma educação para o respeito e para a promoção da dignidade das pessoas LGBT nos currículos, nas salas de aula, no espaço escolar, em geral. Ao ignorar estes problemas estamos a pôr também em questão a promoção de uma cidadania plena para todos e todas.

Terceiro, urge a necessidade de formar e informar corretamente professores, alunos, psicólogos e assistentes operacionais e dar continuidade à intervenção nas escolas através de campanhas de sensibilização corretamente elaboradas. A rede ex aequo, através do seu Projeto Educação LGBT, tem disponíveis materiais, tais como brochuras informativas e educativas, direcionadas a alunos e professores, para a promoção de uma educação para a cidadania e para os direitos humanos nestas temáticas, assim como uma equipa preparada para fazer sessões com alunos, pais, professores, psicólogos e assistentes operacionais, numa perspetiva de educação não formal entre pares. No passado, um trabalho mais desenvolvido nestes temas dependeu em grande parte da vontade e iniciativa dos próprios alunos (Área de Projeto). Por outro lado, diminuiu o espaço e tempo disponíveis para o trabalho destas questões pelos próprios professores, pela extinção da Formação Cívica e pelo carácter opcional da Educação para a Cidadania. É vital perante estas carências que sejam tomadas medidas no sentido de se criar espaço para sessões de esclarecimento por jovens ou adultos, com formação, nomeadamente, no âmbito da Educação Sexual, mas não só. Por exemplo, um momento oportuno para trabalhar esta temática na perspetiva dos direitos humanos é o dia 17 de Maio, dia internacional de luta contra a homofobia e a transfobia[6]. Os agentes educativos têm também disponível para trabalhar estas questões, no âmbito do Projeto Inclusão da rede ex aequo, cartazes de sensibilização contra o bullying homofóbico nas escolas e um folheto intitulado "Combater o Bullying Homofóbico nas Escolas" que pretende ser um recurso de sensibilização e orientação neste tema. Por fim, e não de menor importância, desde 2013 os estabelecimentos escolares contam com recursos elaborados pelo próprio Estado Português, no âmbito da sua campanha "Dislike Bullying Homofóbico", promovida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, nomeadamente um spot publicitário, folhetos e um site informativo (www.dislikebullyinghomofobico.pt). Esta iniciativa pioneira na temática da homofobia dá resposta a uma solicitação apresentada no relatório do Observatório de 2012. Na altura afirmávamos que consideramos ser responsabilidade do Estado tomar em suas mãos este tema, à luz do que já ocorre noutros países da União Europeia, e efetivar campanhas próprias de prevenção e combate a estes tipos de discriminação (homofobia e transfobia). Este passo fundamental mitiga algum sentimento de negligência para com a população LGBT juvenil em Portugal, mas não torna desnecessário reafirmar que esta preocupação tem de ser contínua e não pode ser só de um grupo de pessoas, mas de todos os agentes educativos e deve, consequentemente, ser espelhada nas políticas educativas, na formação de professores, nos planos curriculares e, evidentemente, no dia-a-dia dos estabelecimentos de ensino em Portugal.

6. O Projeto de Resolução 1148/XII que Consagra o dia 17 de maio como Dia Nacional contra a Homofobia e a Transfobia, encontra-se a aguardar agendamento para discussão desde 27 de novembro de 2014.

Quarto, continua a ser necessário, no que diz respeito aos temas da orientação sexual e da identidade ou expressão de género, monitorizar a aplicação da "Lei da Educação Sexual em Meio Escolar" para garante que este instrumento legal tem reflexo na realidade e produz os resultados pretendidos, sendo vital para o seu sucesso uma comprovada sensibilização e formação dos responsáveis nos vários organismos sob a tutela do Ministério de Educação, envolvidos em todas as partes do processo, desde a implementação à avaliação da implementação, incluindo o Gabinete de Educação para a Saúde do Ministério da Educação e Ciência, professores e formadores de professores na área. Reafirmamos ainda que a ausência de uma avaliação externa e independente por uma entidade competente nestas matérias da orientação sexual e identidade ou expressão de género deixa muitas dúvidas sobre o que se encontra a ser efetuado efetivamente sobre este tema no âmbito da Educação Sexual.

É pertinente referir ainda que parte das necessidades mencionadas neste relatório são reconhecidas no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017) na Área Estratégica 4 (Orientação Sexual e Identidade de Género) nas seguintes medidas: "50) Sensibilizar a população para a não-discriminação em função da orientação sexual e identidade de género"; "51) Realizar campanhas de sensibilização contra a discriminação em função da orientação sexual e identidade de género"; e "52) Sensibilizar profissionais e especialistas das áreas estratégicas para as questões da orientação sexual e identidade de género".

Neste relatório do Observatório de Educação de 2014 tivemos sempre presente que os dados apresentados não são de maneira alguma representativos. As 20 queixas apresentadas são efetivamente uma pequeníssima amostra da realidade das nossas escolas de Norte a Sul do país, incluindo Ilhas. No entanto, é fácil reconhecer que a discriminação existe e que os diversos casos denunciados devem ser levados em consideração, todos eles sem exceção. Por esse mesmo motivo temos optado por tratar os resultados de forma qualitativa para realçar os aspetos que considerámos mais alarmantes nas denúncias realizadas.

Cada queixa/denúncia reflete vivências intra/interpessoais reais do dia-a-dia. Essas situações ocorreram e continuarão a ocorrer se nada se fizer em contrário. Deixamos em aberto este estudo com a esperança que no próximo relatório do Observatório de Educação nos seja possível, à semelhança de relatórios anteriores, recolher um número ainda maior de denúncias que nos permita tirar ilações não só qualitativas, mas também quantitativas do que se passa nos espaços educativos em Portugal.

6. Glossário

Bissexual: Pessoa que se sente emocional e sexualmente atraída por pessoas de ambos os sexos

Expressão de Género: É utilizado para descrever uma série de aspetos de uma pessoa (maneirismos, a forma como se veste, como se apresenta, aspeto físico, gostos e atitudes) em função daquilo que é esperado social e culturalmente a partir do sexo que lhe foi atribuído à nascença.

Gay: Homem que se sente emocional e sexualmente atraído por pessoas do mesmo sexo

Heterossexual: Pessoa que se sente emocional e sexualmente atraída por pessoas de outro sexo

Homofobia: A homofobia caracteriza o medo e o resultante desprezo pelos homossexuais que alguns indivíduos sentem. Para muitas pessoas é fruto do medo de elas próprias serem homossexuais ou de que os outros pensem que o são. O termo é usado para descrever uma repulsa face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, um ódio generalizado aos homossexuais e todos os aspetos do preconceito heterossexista e da discriminação anti-homossexual

Homossexual: Pessoa que se sente emocional e sexualmente atraída por pessoas do mesmo sexo

Identidade de Género: Refere-se ao género com que a pessoa se identifica (como homem, mulher ou outra categoria, por exemplo), mas pode também ser usado para referir-se ao género que certa pessoa atribui aos indivíduos tendo como base papéis sociais de género (roupa, corte de cabelo, maneirismos, etc.), estando esta situação mais ligada ao termo “expressão de género”

Lésbica: Mulher que se sente emocional e sexualmente atraída por pessoas do mesmo sexo

LGBT: Sigla usada para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros

Orientação Sexual: Indica qual o sexo que uma pessoa se sente preferencialmente atraída fisicamente e emocionalmente

Trans: Abreviação utilizada para incluir num só termo pessoas transgénero e transexuais, na ótica que algumas pessoas transexuais não se identificam com termo/conceito transgénero

Transfobia: Semelhante à homofobia (ver definição), mas dirigida a pessoas com identidade ou expressão de género distinta daquela esperada a partir do seu sexo biológico

Transgénero: Alguém que não corresponde às categorias tradicionais dos géneros e que não se comporta como se espera convencionalmente perante o sexo biológico com que nasceu

Transexual: Designa pessoas que sentem que o seu corpo não corresponde à sua identidade de género; transexual masculino refere-se às pessoas que sentem ter identidade de género masculina, mas nasceram com corpo feminino e transexual feminina refere-se às pessoas que sentem ter identidade de género feminina, mas que nasceram com corpo masculino

7. Anexo: questionário utilizado

Observatório de Educação LGBT da rede ex aequo

O objetivo deste formulário é efetuar um levantamento das situações de discriminação em função da orientação sexual ou identidade e expressão de género vividas por alunos, professores e outros funcionários em contexto escolar.

Pretende-se apresentar os dados obtidos junto de autoridades portuguesas e outros organismos que venham a solicitá-los de modo a retratar a presente situação da população juvenil lésbica, gay, bissexual e transgénera (LGBT) em Portugal.

O sucesso deste estudo advirá diretamente da veracidade da informação fornecida.

O preenchimento do questionário é anónimo e toda a informação é confidencial, sendo apenas utilizada para fins estatísticos.

*Obrigatório

Dados Pessoais *

Idade atual

Sexo ou Identidade de Género *

Assinala a opção com que te sentes identificado

- Feminino
- Masculino
- Transexual Feminino
- Transexual Masculino
- Intersexual
- Outra:

Expressão de Género *

Sentes que quebras os modelos de género (aquilo que é esperado de cada pessoa por ser homem ou mulher) na nossa cultura/sociedade?

- Sim
- Não

Orientação Sexual *

- Homossexual
- Bissexual
- Heterossexual
- Outra:

Distrito ou Região Autónoma *

- Açores
- Aveiro
- Beja
- Braga
- Bragança
- Castelo Branco
- Coimbra
- Évora
- Faro
- Guarda
- Leiria
- Lisboa
- Madeira
- Portalegre
- Porto
- Santarém
- Setúbal
- Viana do Castelo
- Vila Real
- Viseu

Qual era a tua função no período em que ocorreu ou ocorreram a(s) situação (ões)? *

- Aluno/a
- Professor/a
- Psicólogo/a
- Funcionário/a
- Outra:

Se não és/eras elemento da comunidade escolar (aluno, professor, funcionário ou psicólogo), qual a tua relação com a pessoa que foi vítima de discriminação?

- Familiar
- Amigo/a
- Conhecido/a
- Desconhecido/a
- Outra:

Se aluno, em que Ano Escolar / Ciclo de Ensino estavas? *

- 1º Ciclo de Ensino (1º a 4º Anos)
- 5º Ano
- 6º Ano
- 7º Ano
- 8º Ano

9º Ano
10º Ano
11º Ano
12º Ano
Ensino Superior
Não Sou Aluno/a
Outra:

Se estás somente a denunciar uma situação de que foste testemunha, em que ano escolar se encontrava a vítima? [Se a vítima for um/a professor/a, funcionário/a ou outro elemento da comunidade educativa escolhe, por favor, "Outro"]

1º Ciclo de Ensino (1º a 4º Anos)
5º Ano
6º Ano
7º Ano
8º Ano
9º Ano
10º Ano
11º Ano
12º Ano
Ensino Superior
Outra:

Com tecnologia

Este formulário foi criado dentro de rede ex aequo.
Denunciar abuso - Termos de Utilização - Termos adicionais

Observatório de Educação LGBT da rede ex aequo

*Obrigatório

Orientação Sexual

Já foste vítima de alguma situação de discriminação por causa da tua orientação sexual? *

- Sim
- Não

Se sim, indica o tipo:

- Violência verbal (p.ex. insultos)
- Violência física (p. ex. murros, pontapés...)
- Violência psicológica (p. ex. exclusão grupal, boatos...)
- Outra:

Já presenciaste alguma situação de discriminação com base na orientação sexual? *

- Sim
- Não

Se sim, indica o tipo:

- Violência verbal (p. ex. insultos)
- Violência física (p. ex. murros, pontapés...)
- Violência psicológica (p. ex. exclusão grupal, boatos...)
- Outra:

Identidade ou Expressão de Género

Já foste vítima de alguma situação de discriminação por causa da tua identidade ou expressão de género? *

- Sim
- Não

Se sim, indica o tipo:

- Violência verbal (p. ex. insultos)
- Violência física (p. ex. murros, pontapés...)

- [ ] Violência psicológica (p. ex. exclusão grupal, boatos...)

Outra:

Já presenciaste alguma situação de discriminação com base na identidade ou expressão de género? *

Sim

Não

Se sim, indica o tipo:

Violência verbal (p. ex. insultos)

Violência física (p. ex. murros, pontapés...)

Violência psicológica (p. ex. exclusão gruapl, boatos...)

Outra:

Descrição pormenorizada desta(s) situação(ões):

Se a tua resposta foi não em todas as questões da página anterior, passa diretamente para a página seguinte.

Quantas vezes aconteceu?

Uma única vez

De 2 a 4 vezes

Mais de 5 vezes

Onde aconteceu?

Escola

Casa

Rua

Outra:

Quando aconteceu?

Há menos de 6 meses

Entre 6 meses a 1 ano

Há mais de um ano

Quem foram os intervenientes?

Aluno(s)

Professor(es)

Funcionário(s)

Familiar(es)

Desconhecido(s)

Outra:

Utiliza este espaço para fornecer mais informações que consideres relevantes sobre o(s) caso(s) referido(s):

Informações adicionais

Pedimos que respondas às seguintes questões quer tenhas sido vítima ou testemunha. No entanto, caso tenhas sido somente testemunha, responde às questões na medida do teu conhecimento sobre o que sabes que sentiu ou fez a vítima. Se não, não respondas e passa à frente para a segunda questão da página 4.

Foi apresentado algum tipo de protesto/queixa de forma pública?

- Sim
- Não
- Não sei

Se sim, por quem?

- A própria pessoa
- Amiga(s) ou amigo(s)
- Familar(es)
- Professor(a)
- Funcionário(a)
- Pessoa desconhecida
- Outra:

Se foi a própria vítima a apresentar queixa, fê-lo sozinha ou acompanhada?

- Sozinha
- Acompanhada de amiga(s) ou amigo(s)
- Acompanhada de familiar(es)
- Acompanhada de professor(a)
- Acompanhada de funcionário(a)
- Outra:

Se sim, onde ou a que entidade(s)?

Se sim, indica por favor as reações e resultados obtidos:

Se não, porquê?

Independentemente de ter apresentado queixa, como lidou com a situação?

- [ ] Falando com amigos
- [ ] Recorrendo a ajuda clínica
- [ ] Sozinho(a)
- [ ] Outra:

Se foste vítima, o que sentiste após este ato de violência?

- [ ] Agressividade para com terceiros
- [ ] Automutilação
- [ ] Baixa autoestima
- [ ] Isolamento
- [ ] Ideação de suicídio/ pensamentos sobre suicídio
- [ ] Tentativa de suicídio
- [ ] Outra:

Se foi testemunha, o que sentiu após este ato de violência?

- [ ] Agressividade para com terceiros
- [ ] Automutilação
- [ ] Baixa autoestima

Isolamento

Depressão

Ideação de suicídio/ pensamentos de suicídio

Impotente

Frustrado

Receoso de apresentar queixa

Outra:

Utiliza este espaço para fornecer mais informações que consideres relevantes sobre o modo como se sentiu:

A vítima abandonou o sistema educativo antes do que gostaria devido à sua orientação sexual ou identidade/expressão de género? *

Sim

Não

Porquê?

Consideras ou consideraste os seus conteúdos curriculares e professores declaradamente discriminatórios ou omissos no que se refere às formas de afetividade e sexualidade não heterossexuais e às identidades ou expressões de género não convencionais?

Preenche utilizando a seguinte escala de 1 a 4: 1 - Bastante discriminatórios ou omissos; 2 - Algo discriminatórios ou omissos; 3 - Em geral pouco discriminatórios e pouco omissos; 4 - Contendo raras ou nenhumas discriminações/omissões.

	1	2	3	4
Conteúdos curriculares				

Sim

Não

Utiliza este espaço para fornecer mais informações que considere relevantes sobre as suas opiniões neste assunto:

Viveste experiências positivas de integração em ambiente escolar de conteúdos sobre temática LGBT (lésbica, gay, bissexual ou transgénera)? *

Sim

Não

Utiliza este espaço para fornecer mais informações que considere relevantes sobre as suas opiniões neste assunto:

Viveste experiências negativas de integração em ambiente escolar de conteúdos sobre temática LGBT? *

Sim

Não

Se sim, indica o tipo:

Repulsa

Expulsão

Admoestação

Deturpação

Omissão

Outra:

O Observatório de Educação existe desde 2006. É a primeira vez que estás a responder a este questionário? *

Sim

Não, já respondi em anos anteriores

Como tomaste conhecimento deste questionário? *

Comentários adicionais

« Anterior Enviar

Nunca envie palavras-passe através dos Formulários do Google.

Com tecnologia

Este formulário foi criado dentro de rede ex aequo.

Denunciar abuso - Termos de Utilização - Termos adicionais

associação de jovens lgbti e apoiantes
rede ex aequo

tel (+351) 968 781 841 **e-mail** geral@rea.pt
web www.rea.pt **fórum** ww.rea.pt/forum
morada Rua dos Fanqueiros 38, 3º esq, 1100-231 Lisboa